



COGEL – COORDENADORIA DE GESTÃO DE
AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Plano Anual de Capacitação em Contratações

Fortaleza-Ceará
2023-2024

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	03
2 JUSTIFICATIVA.....	03
3 OBJETIVOS.....	05
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	05
4 PÚBLICO-ALVO.....	05
5 COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS.....	06
6 PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO.....	07
7 DESEMPENHO ESPERADO.....	07
8 METODOLOGIAS UTILIZADAS.....	08
9 FONTES DE RECURSOS.....	09
10 ANEXO I – CURSOS SELECIONADOS.....	10
11. ANEXO II – CONGRESSOS SELECIONADOS.....	13

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – COGEL- tem como atribuição elaborar o presente planejamento para poder indicar a melhor forma de qualificar todos que participam direta e indiretamente das compras governamentais da referida instituição, para o exercício de uma gestão pública eficiente e do efetivo controle da Administração Pública como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Para isso foi elaborado **O Plano Anual de Capacitação em Contratações**, como um norteador das ações de capacitação com temas definidos, critérios e metodologias a serem utilizadas para o desenvolvimento profissional dos servidores da COGEL, permitindo-lhes desempenhar, com eficácia, as competências institucionais em consonância com o Planejamento Estratégico do TRE/CE.

2. JUSTIFICATIVA

O cenário das contratações públicas necessita de um estudo constante das legislações vigentes, dos entendimentos jurisprudenciais, normativos e das regulamentações. Soma-se, ainda, a grande demanda de ações do setor de aquisições, licitações e contratos, as quais nem todas são previsíveis. Por isso, exige-se dos servidores que atuam na referida área preparo e aptidão, para que diante da realidade diária da gestão pública, tomem decisões em conformidade com as leis, sem esquecer de adequá-las ao interesse público.

Nesse cenário, é imprescindível o oferecimento de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento para os servidores públicos que manejam os processos de contratações e aquisições no setor público, seja na fase interna (planejamento e gestão da contratação), seja na fase externa (realização da licitação). Primeiro, porque parcela significativa do orçamento das organizações públicas é destinada ao custeio das contratações e aquisições públicas, sem as quais os órgãos e entidades que integram a Administração Pública não funcionam. Segundo, porque quem maneja as contratações públicas busca atender ao interesse público, o que lhes exige aptidão, conhecimento, eficiência e eficácia.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará as contratações ficam sob a Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos – COGEL, com o auxílio das suas seções de contratos (SECON), análise de preços (SANAP) e o Núcleo de Pregoeiros

(NPR). Exerce suas funções em sinergia com a Assessoria de Licitações (ASTAC) vinculada à Secretaria de Administração (SAD). Após a celebração dos contratos se tem o acompanhamento administrativo e o da execução contratual, os quais ficam sob a responsabilidade do gestor e fiscal técnico, respectivamente.

Na perspectiva da legislação com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, novos conceitos e procedimentos estão presentes e por isso é fundamental a capacitação e treinamento dos profissionais que atuam na área. Como exemplo, podemos citar os dispositivos abaixo da Lei nº 14.133/2021 que determinam a capacitação dos servidores:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;"

A necessidade de capacitação é comprovada em inúmeras decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) direcionadas aos servidores/empregados públicos, mas, a nosso ver, deve ser estendida também aos demais setores que exercem atividades relacionadas direta ou indiretamente com o setor de contratações do Tribunal.

Importante mencionar que o assunto treinamento está amparado em outros normativos como na Resolução nº 840/2021 do TRE/CE, que estabelece a Política de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e dá Outras Providências, a Portaria nº 184/2023 do TRE/CE que discorre sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências, a Resolução nº 347/2020 - CNJ e a Resolução nº 23.702/2022 do TSE que dispõem sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário em âmbito nacional e local, respectivamente, impõem aos órgãos da administração Pública Federal a obrigação de elaborar formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do

processo de contratações. Preveem, ainda, que as ações voltadas à capacitação devem permitir não só o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, como também habilidades e atitudes desejáveis ao bom desempenho das funções-chave.

Não obstante, além da necessidade de atualização relacionada à legislação, sugere-se também a introdução de conceitos relacionados à Gestão de Riscos e Sustentabilidade nas contratações, uma vez que os temas são de atual relevância e também englobam as orientações constantes na resolução supracitada.

Dada a relevância do tema, é primordial que aos servidores ocupantes das referidas funções lhes sejam oportunizadas capacitações constantes para instrução e aperfeiçoamento. Isto posto, a COGEL propõe a implantação deste **Plano de Capacitação em Contratações** para que todos os envolvidos no processo de gestão das contratações tenham suas competências desenvolvidas por meio de capacitações internas e externas, ministradas periodicamente, conforme calendário anual.

3. OBJETIVOS

Apresentar um programa permanente de capacitação em licitações públicas, gestão e fiscalização de contratos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

3.1 Objetivos Específicos

- a) Estabelecer programa de capacitação continuada em licitações públicas, gestão, fiscalização de contratos e gestão de riscos;
- b) Propor grade de capacitações cíclicas por área de atuação e níveis de responsabilidade dos servidores;
- c) Estabelecer política de compartilhamento de conhecimentos em eventos periódicos;
- d) Capacitar 100% dos servidores da COGEL, nas suas respectivas atribuições.

4. PÚBLICO-ALVO

Servidores que fazem parte da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos – COGEL, como também demais áreas que trabalham direta e/ou indiretamente com as compras públicas do TRE/CE.

5. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

As competências são as aptidões de uma pessoa para executar determinada função ou atividade. A palavra é derivada do latim *competere*, que é relativa aos conhecimentos, habilidades e atitudes de um profissional. As Competências Técnicas são as que se referem ao conhecimento adquirido pela experiência e formação profissionais, e têm como propósito permitir que o colaborador utilize os meios disponíveis para executar sua função. Podem ser obtidas através da educação formal (nível de escolaridade exigida para o pleno desenvolvimento das atribuições do cargo e formação continuada através de cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*), treinamentos (capacitações, cursos específicos, habilitações profissionais) e experiência profissional (com a aplicação reiterada na prática profissional dos conhecimentos adquiridos), necessários para obter melhores resultados no desempenho das atribuições.

Os conhecimentos técnicos necessários para o exercício profissional variam entre os mais diversos cargos existentes na instituição, podendo ser listados como exemplos os conhecimentos relacionados a: redação oficial, linguagem e idiomas, análise estatística, conhecimentos jurídicos e contábeis, gestão documental, utilização e desenvolvimento de ferramentas de Tecnologia da Informação, gestão de pessoas, planejamento estratégico, entre outras.

Competências Comportamentais são aquelas referentes à postura pessoal, relacionadas à capacidade do indivíduo de se adequar à cultura organizacional. Alguns exemplos dessas habilidades são: Flexibilidade; Criatividade; Proatividade; Comunicação; Organização; Planejamento e Foco em resultados.

Competências Gerenciais são os conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para gerir, de forma estratégica, o desenvolvimento de si, da instituição e de seus servidores, alcançando metas e objetivos. Estão estreitamente ligadas às competências técnicas e comportamentais, transformando-se em indispensáveis ferramentas de trabalho que capacitarão o profissional a desenvolver elevado padrão de entrega de resultados. Alguns exemplos destas competências são: Liderança; Visão global e pensamento estratégico; Gestão de pessoas e conflitos; Capacidade de negociação; Trabalho em equipe e Tomada de decisão.

6. PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

As ações educacionais do Plano Anual de Capacitação em Contratações compõem um conjunto articulado de atividades individuais e/ou grupais de ensino e aprendizagem, formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, com vistas à socialização de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas primordiais para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores, bem como o fortalecimento dos órgãos jurisdicionados e sociedade para o controle efetivo da boa gestão pública.

A seleção dos temas dos cursos foram estudados por cada setor, como a instituição que ministra, isto devido a importância dos assuntos que deverão ser estudados e do nível dos servidores, assim cursos com propostas de conhecimentos iniciais não irão suprir a necessidade técnica do setor.

As ações de capacitação previstas neste Plano serão desenvolvidas na modalidade *online*, bem como no formato presencial, buscando-se, sempre que possível, os parceiros institucionais, bem como a utilização do banco de talentos do TRE/CE.

7. DESEMPENHO ESPERADO

O Plano Anual de Capacitação em Contratações é um instrumento de mudanças significativas para o cumprimento da missão institucional da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos - COGEL, para tanto, os resultados a serem alcançados estão estruturados em:

a) Resultados Individuais

- Aumento do comprometimento dos servidores com as necessidades institucionais;
- Desenvolvimento, capacitação e qualificação da força de trabalho dos servidores da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos - COGEL, em nível pessoal, gerencial e técnico, conforme as metas estabelecidas;
- Padrões éticos de comportamento valorizados;
- Aumento qualitativo do desempenho das atividades dos servidores;
- Melhoria dos processos e procedimentos administrativos, relacionados à gestão dos recursos públicos de cada ente jurisdicionado;

- Elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade;
- Aumento da produtividade;
- Melhoria do clima organizacional;
- Ascensão do saber.

b) Resultados Organizacionais

- Aumento quantitativo e qualitativo no número de processos e procedimentos administrativos analisados pelo servidor, quanto à fiscalização e controle da gestão dos recursos públicos;
- Aumento na qualidade da prestação de contas dos entes jurisdicionados;
- Melhorar a efetividade das políticas públicas;
- Otimização da transparência dos entes jurisdicionados e o alcance do controle social;
- Aprimoramento da governança e da gestão pública;
- Incremento da interação com outras instituições de controle;
- Redução do número de diligências para saneamento de processo no TRE-CE;
- Redução dos julgamentos irregulares ou julgamentos com ressalvas devido à inadequada aplicação dos recursos públicos.

8. METODOLOGIAS UTILIZADAS

As atividades educacionais serão desenvolvidas preferencialmente utilizando-se de metodologias ativas de aprendizagem, com vistas a uma integração conceitual e prática com foco na vivência profissional. O objetivo de utilizar as metodologias ativas são, sobretudo, orientar os servidores a:

- ✓ Desenvolver um perfil investigativo e crítico diante das situações propostas;
- ✓ Resolver problemas reais a partir de situações concretas;
- ✓ Construir um aprendizado conceitual, procedural e atitudinal por meio de problemas propostos que expõe situações motivadoras preparando-os para o mundo do trabalho.

9. FONTES DE RECURSOS

Após o levantamento de todas as capacitações e seus respectivos valores, a Secretaria de Orçamento e Finanças irá se manifestar sobre a disponibilidade orçamentária.

ANEXO I – CURSOS SELECIONADOS

Tendo em vista a capacitação dos servidores da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos, seguem abaixo os cursos solicitados para que a Escola do TRE/CE elabore o cronograma e os valores. Em alguns casos, já se tem uma estimativa de valores.

Solicitante	Inscrições	Curso	Modalidade do curso	Observação
COGEL e SECON	2	Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos	Presencial e/ou Online	
COGEL	17	a) Curso Presencial para Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos; b) Curso Completo Sobre a Nova Lei Geral de Licitações PÚblicas - 14.133/2021		Sugere-se que outros setores participem: ASDIR e ASJUR. Neste curso toda equipe da COGEL precisará participar.

COGEL	1	Congresso sobre a nova lei de licitações e suas aplicações	Presencial	Sugere-se que outros setores participem: ASTAC, ASDIR E ASIUR
COGEL e ASTAC	2	Curso de Contratações Diretas na Lei 14.133/2021 – Dispensas e Inexigibilidades	Presencial	Sugere-se que outros setores participem: ASDIR e ASIUR.
COGEL E SECON	2	Gestão e Fiscalização de Contratos na NLLC	Presencial	
COGEL, ASTAC E ASGAD	5	Curso sobre gestão de riscos nas contratações públicas	Presencial	
COGEL, NPR E ASTAC	5	Temas em destaque e Impactos Práticos para a Aplicação Imediata na Nova Lei de Licitações	Presencial	
NPR e ASTAC	4	Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio	Presencial	
SANAP	4	Pesquisa de Mercado, Estimativa de Preços e Negociação nas Contratações Públicas	Online	
SECON	2	Como elaborar e julgar a planilha de preços dos serviços com mão de obra exclusiva	Online	

	Palestra com conceitos básicos sobre licitações e contratos	Presencial	Maior público possível dos servidores que participem do processo de contratação diretamente e/ou indiretamente do TER/CE
	Curso específico para gestores e fiscais dos contratos	Presencial	

ANEXO II- CONGRESSOS SELECIONADOS

Selecionou-se os congressos por ordem de prioridade para o setor.

1ª Opção:

4ª Semana Nacional sobre a Nova Lei de Licitações (Dias 23 a 27 de outubro).

Site: <https://www.esafionline.com.br/semananovalei>

2ª Opção:

Licta Week – O Sucesso na transição (Dias 2 a 5 de outubro de 2023) .

Site: <https://congresso.3rcapacita.com.br/>

3ª Opção:

7º Congresso Brasileiro Elo Consultoria de Licitações e Contratos (dias 8, 9 e 10 de novembro).

Site: <https://www.eloconsultoria.com/7-congresso-brasileiro-de-litacoes-e-contratos/>

4ª Opção:

Pregão SUMMIT 2023 - IMERSÃO na modalidade PREGÃO: Suas melhores práticas, regulamentação, previsões legais e julgados. (dias 04, 05 e 06 de dezembro).

Site: <https://excelenciaeducacao.com.br/summit-2023/>